

MENSAGEM DO PRESIDENTE





MENSAGEM DO PRESIDENTE

A exemplo do que aconteceu em todas as nações do mundo, em 2020 o Brasil viveu momentos dramáticos relacionados à crise sanitária e econômica provocada pela pandemia de Covid-19, afetando diretamente pessoas e empresas.

As concessionárias de rodovias não escaparam desse impacto. Perdas financeiras nunca imaginadas foram registradas, ao mesmo tempo em que as empresas tiveram de se mobilizar rapidamente com vistas a oferecer apoio aos caminhoneiros e ampará-los para que não ficassem sem serviços mecânicos e de alimentação nas rodovias, que foram interrompidos no período mais crítico. O setor, é claro, não poderia abandonar a categoria, fundamental no transporte de alimentos, medicamentos e demais bens. E assim o fez, oferecendo kits de álcool em gel, máscaras, luvas, apoio de paramédicos e alimentação.

2020 foi também um ano de contínuo diálogo com o Poder Público na busca de alternativas viáveis para compensar as duras perdas sofridas pelas concessionárias. A ABCR apoiou suas 47 associadas nesse assunto, liderando grupos de trabalho e realizando estudos, junto com especialistas, que pudessem oferecer os dados necessários à avaliação dos impactos para fornecer subsídios técnicos aos governos.

Para a ABCR, no entanto, o último ano foi também de renovação, com as mudanças promovidas, a partir de outubro, pelo Conselho Diretor da Associação. Nessa ocasião, eu tive a honra de ser convidado, junto com o diretor-executivo, José Carlos Cassaniga, para levar a cabo a modernização da ABCR. Baseado em um tripé formado pelo desenvolvimento de um novo planejamento estratégico, implantação de um plano de comunicação com maior



Todas as partes envolvidas e comprometidas com o sucesso do setor precisarão garantir a segurança jurídica dos contratos, que têm sido colocados em risco por propostas populistas e oportunistas



amplitude e a modernização do banco de dados da Associação, nosso trabalho buscou, ainda, a constante melhoria na interação com o Poder Público para favorecer o ambiente regulatório das concessões de rodovias. Assim, terminamos o ano com diversas e novas frentes de trabalho abertas, cujos frutos serão colhidos em curto, médio e longo prazos.

Não tenho dúvidas de que o momento é mais do que apropriado para realizarmos a renovação da Associação e encaminharmos uma estratégia que direcione adequadamente nossas atividades nas próximas décadas. Precisaremos estar preparados para atender à demanda que está por vir com a série de licitações de rodovias programadas para os próximos anos, tanto no nível federal, quanto nos estados. Se todos os leilões acontecerem de maneira adequada – e a ABCR torce para que isso ocorra –, mais de 26 mil quilômetros de rodovias serão concedidos nos diversos programas em curso. O setor mais do que duplicará de tamanho, já que as 68 concessões em operação, em dezembro de 2020, respondem por 23.230 quilômetros de rodovias.

Se o futuro é promissor, ele também trará novos desafios. A despeito dos avanços em mais de duas décadas de história, será preciso que as partes envolvidas e comprometidas com o sucesso dos programas de concessões de rodovias se unam no esforço de informar e esclarecer a opinião pública sobre as vantagens e os benefícios gerados pela operação de uma rodovia concedida, seja para os usuários, às comunidades lindeiras e ao País como um todo. Será ainda necessário garantir a segurança jurídica dos contratos, os quais, por vezes, têm sido colocados em risco por propostas populistas e oportunistas. Uma rodovia concedida gera empregos e forma a base para o desenvolvimento econômico das localidades do Brasil, aumenta a produtividade, traz impostos e leva prosperidade a todas as comunidades por onde passa. E o mais importante: rodovias concedidas salvam vidas!

Marco Aurélio Barcelos Diretor presidente



26 MIL QUILÔMETROS de rodovias serão

concedidos nos próximos anos, pelos diversos programas em curso





UM ANO DEDICADO À SOBREVIVÊNCIA DO SETOR

O enfrentamento da crise gerada pela pandemia do Novo Coronavírus manteve-se como principal foco de atenção das concessionárias desde o seu início, em março de 2020, quando a quarentena decretada pelos governos estaduais e municipais contribuiu para uma profunda redução das atividades econômicas no País.

O impacto da pandemia foi registrado pelo Índice ABCR de março/20, medido em conjunto com a Tendências Consultoria, que apontou uma redução de 18,4% do fluxo de veículos no período. Em abril/20, o Índice chegou ao mais baixo nível já registrado nos 20 anos da série histórica: queda de 43,8%, comparada com o mesmo período de 2019.

O impacto negativo foi confirmado por estudos adicionais contratados pela ABCR. O levantamento financeiro do fenômeno mostrou que o efeito sobre a receita bruta das concessionárias associadas, provocado pela redução inicial do tráfego durante a crise, entre março e junho de 2020, foi superior a R\$ 1,3 bilhão, o correspondente ao decréscimo de 21,4% na receita.

Apesar do ambiente conturbado e altamente desfavorável para as operações das rodovias, as equipes das concessionárias continuaram atuando, motivadas principalmente pelas dificuldades então sofridas pelos caminhoneiros, que também se mantiveram nas estradas, mas sem contar com o apoio do comércio e serviços lindeiros, os quais tiveram suas portas fechadas como medida de contenção da pandemia.

Para amparar essa categoria de profissionais, fundamental para a manutenção das atividades básicas de fornecimento de alimentos, medicamentos e outros bens a toda a população, as concessionárias de rodovias direcionaram seus esforços para viabilizar a continuidade dos serviços essenciais durante a crise.

A primeira providência, em acordo com o Ministério da Infraestrutura e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, foi a imediata suspensão das atividades de fiscalização dos veículos de transporte por excesso de carga, por um período de 3 meses, sem que no futuro as concessionárias viessem a pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro dos seus contratos. O agravamento da pandemia nos meses seguintes levou ambas as partes a manter o acordo por três meses.

O apoio direto também não foi negado aos caminhoneiros: durante o período inicial da pandemia, quando os motoristas ficaram sem os serviços e comércio nas margens das rodovias, as concessionárias ofereceram gratuitamente:





86 MIL

tags para pagamento de pedágio, com adesão gratuita e sem mensalidade por tempo determinado



VALE-PEDÁGIO

incentivo ao uso, um direito do caminhoneiro e pago pelo dono da carga

De modo a destacar a importância dos caminhoneiros na manutenção da circulação de insumos e mercadorias pelo País, as associadas da ABCR passaram a veicular mensagens informativas e de apoio moral, por meio dos painéis de informações localizados pelo Brasil



Em abril, a Conjur do MInfra reconheceu que a crise gerada pela pandemia tratou-se de caso fortuito e força maior, ensejando, assim, o reequlíbrio econômico-financeiros de contratos de concessão



NEGOCIAÇÕES PELO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DECORRENTE DA PANDEMIA

No balanço de 2020, o Índice ABCR, apurado em 10 de janeiro de 2021, registrou queda de 13,9% no fluxo de veículos, no acumulado de doze meses.

Os estudos encomendados pela ABCR para aferição dos impactos financeiros decorrentes da redução sem precedentes do volume de tráfego nas rodovias tornaram-se a base para a argumentação perante as agências reguladoras sobre os prejuízos suportados pelas concessionárias associadas no período. A avaliação clara, tanto sob o ponto de vista jurídico, quanto econômico, é de que um reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos se fazia necessário.

Nesse sentido, já em abril, o parecer n.261/2020 da Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura (MInfra) reconheceu que a crise gerada pela pandemia caracterizava caso fortuito e força maior, e confirmou a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro sobre os contratos de concessão vigentes. Foi a primeira manifestação feita pelo Poder Público, posteriormente acompanhada por outros entes em nível subnacional, que possibilitou o debate institucional e técnico sobre o problema enfrentado pelas concessionárias de rodovias.



associadas





Também com o objetivo de apoiar o MInfra no combate aos impactos da crise da Covid-19 no setor, a ABCR iniciou, já no final de março/2020, o fornecimento diário de dados sobre o fluxo de veículos nas rodovias associadas. Posteriormente, em julho/20, a ABCR passou a fornecer toda semana a Sondagem Semanal, também sobre o movimento de veículos nas concessionárias associadas. Desenvolvido em conjunto com a Tendências Consultoria, empresa que também é responsável pelo cálculo mensal do Índice ABCR, a Sondagem Semanal conferiu maior precisão na avaliação dos efeitos da crise no movimento nas rodovias.

A ABCR adotou, adicionalmente, diversas iniciativas na busca de alternativas de minimização da crise, entre elas, a solicitação ao Ministério da Economia para que os recursos da CIDE, que incide sobre os combustíveis, fossem direcionados para o enfrentamento da pandemia.

No estado de São Paulo, por sugestão da ABCR, foi criado um grupo de trabalho entre as concessionárias de rodovias paulistas, a ARTESP e a Secretaria de Logística, com o propósito de discutir a metodologia de cálculo dos desequilíbrios contratuais decorrentes da pandemia de Covid-19 e estudar a retomada de investimentos nas concessões paulistas, em observância ao Projeto Retoma SP.



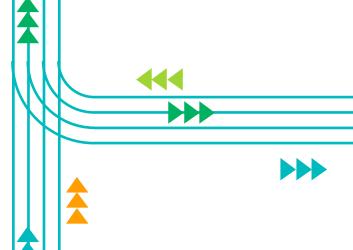


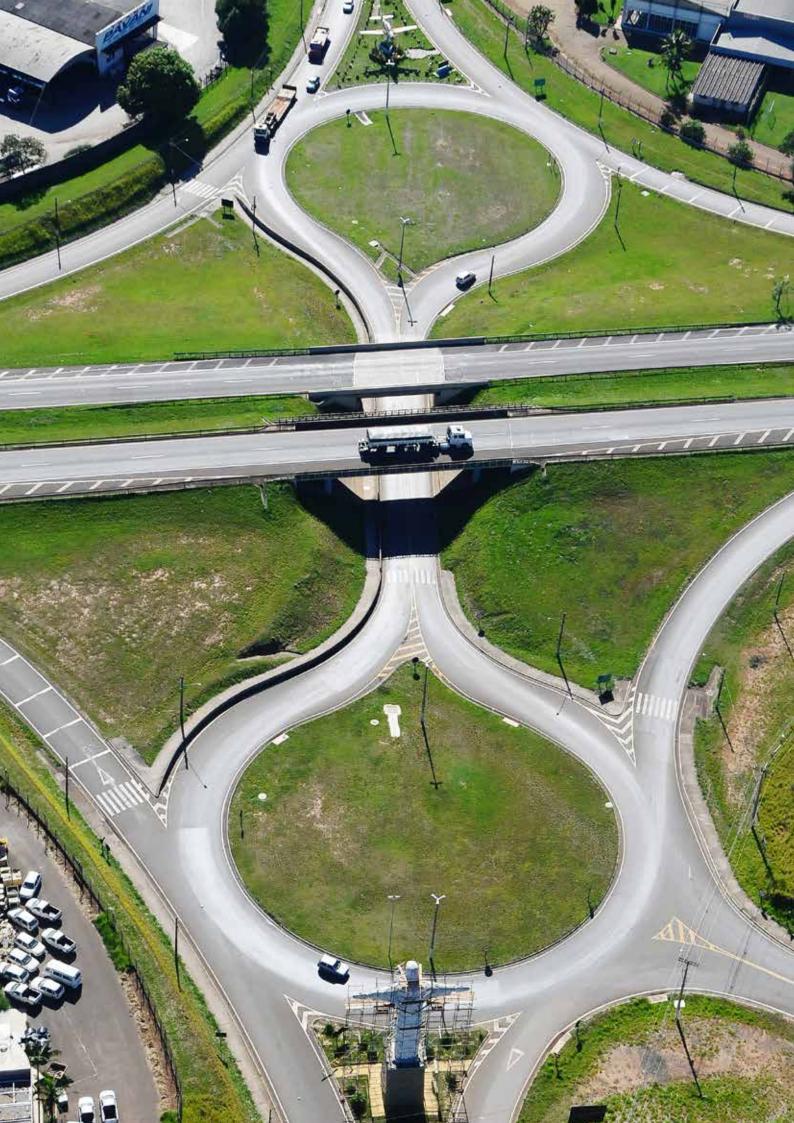
O impacto da pandemia foi registrado pelo Índice ABCR em abril, que chegou ao mais baixo nível já registrado nos 20 anos de história desse indicador: queda de 43,8% em abril, comparada com o mesmo período de 2019





OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO





OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO

Parceria com a fundação Getulio Vargas

No mês de janeiro/20, a ABCR celebrou a conclusão da primeira turma do novo programa de pós-graduação lato sensu "Infraestrutura: Tendências e Mecanismos de Desenvolvimento", realizado em parceria com a Fundação Getulio Vargas. O curso contou com 42 alunos, vindos dos setores de concessões em rodovias, ferrovias e aeroportos, e teve o conteúdo adaptado para discussão de temas em todas as modalidades de transportes, passando por particularidades jurídicas e contábeis, entre outras.

Ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal

Também em janeiro/20, a ABCR propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal, questionando artigo de lei do estado de São Paulo que concedia à Administração Pública prazo de 10 anos para a revogação de seus atos (art. 10, da Lei 10.177/98). Conforme apurado pela ABCR, todos os demais estados da federação adotam o prazo de cinco anos para tanto. Tal ação judicial, julgada recentemente procedente pelo STF, surtirá efeitos diretos no encaminhamento das negociações existentes entre as concessões de rodovias paulistas e o governo do estado.

Posicionamento sobre resolução 5.859/19

Ainda em janeiro, a ABCR se manifestou perante a ANTT sobre a inadequação dos termos da Resolução 5.859/19, que regula os procedimentos das revisões quinquenais nos contratos de concessões de rodovias. A percepção é de que, sob o ponto de vista técnico e jurídico, a Resolução traria insegurança jurídica, inibindo a realização de novos investimentos eventualmente necessários para a melhoria do sistema rodoviário concedido. O tema foi objeto de Audiência Pública pela ANTT e continua em discussão.



Em face da evolução dos debates sobre a reforma tributária no Brasil, a ABCR se antecipou com a criação de um grupo de trabalho interno na ABCR para elaboração de Nota Técnica a respeito do PL 3887-20





das rodovias



Manutenção da remuneração pelo uso de faixa de domínio

No decorrer de 2020, a ABCR realizou uma série de ações para barrar as tentativas dos prestadores de serviços de fornecimento de gás, telefonia, energia elétrica e saneamento de não mais pagar pela ocupação das faixas de domínio. A Associação atuou em diversas ações judiciais nos tribunais superiores buscando fazer prevalecer o entendimento da validade da cobrança pelo uso da faixa de domínio, que está prevista na Lei das Concessões.

A ABCR ofereceu assessoria às concessionárias em 14 ações estratégicas individuais por meio de contratação de escritório de advocacia especializado, obtendo sucesso definitivo em três dessas ações, tendo o STF e o STJ autorizado a cobrança pelo uso da faixa de domínio desde que previsto em contrato. Em ações coletivas (Ações Diretas de Inconstitucionalidade), patrocinou os interesses do setor em três ações que trataram do setor de energia elétrica e da Lei das Antenas, não julgadas em 2020.

Combate ao sobrepeso nas rodovias

Tema relevante que foi foco das atividades da ABCR em todo o último ano foi a criação de argumentação técnica para endereçar os efeitos negativos do aumento de sobrepeso da carga de caminhões nas rodovias, ocasionado pela Lei dos Caminhoneiros. A Lei aumentou a tolerância de peso por eixo de 7,5% para 10%, o que acelera a deterioração do pavimento e aumenta o risco de acidentes.

Para apoiar as concessionárias, foi contratada a empresa de consultoria Copavel, especializada em avaliação estrutural de pavimentos, com vistas a analisar estudos feitos anteriormente sobre o tema, em especial, o desenvolvido pelo Laboratório de Pavimentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As conclusões da análise feita pela Copavel subsidiaram as argumentações sustentadas sobre o tema na ANTT.



A ABCR realizou uma série de ações para fazer frente à tentativa de modificação da remuneração pelo uso da faixa de domínio por prestadores de serviços públicos no fornecimento de gás e telefonia

Defesa dos contratos de concessões

Em outubro, a ABCR ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal contra a determinação da prefeitura do Rio de Janeiro de encampação imediata do contrato de concessão da Linha Amarela - Lamsa, sem direito à indenização prévia. O objetivo foi combater a insegurança jurídica provocada pelo ato do então prefeito, que, se prevalecesse, afastaria investimentos e prejudicaria projetos fundamentais para a infraestrutura rodoviária da cidade do Rio de Janeiro, do Estado e do País. Após a suspensão do ato de encampação pelo Presidente do STF, o processo foi suspenso por acordo firmado entre a Lamsa e o Município do RJ.

Reforma tributária

Em face da evolução dos debates sobre a reforma fiscal do Estado, a ABCR se antecipou com a criação de um grupo de trabalho interno, para a elaboração de levantamentos a respeito do PL 3887-20 e seus efeitos sobre o setor. Foi contratado estudo específico para avaliar os impactos da reforma nos projetos de infraestrutura rodoviária com a unificação do PIS e COFINS e instituição da CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços.

A avaliação de um amplo escopo de condições que poderiam repercutir sobre as concessões levou ao desenvolvimento de um modelo econômico-financeiro a partir do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental (EVTEA) de uma concessão de rodovias ainda não licitada. O resultado tornou-se a base da argumentação do setor frente ao Poder Público em relação à reforma tributária.

Facilitação do troco

A dificuldade de obtenção de troco em moedas em praças de pedágio é um problema crônico vivido pelas concessionárias. Para apoiar suas associadas na solução do problema, a ABCR promoveu diálogo com o Banco Central, solicitando a disponibilização de mais moedas para praças de pedágio. Após o envio de informações pelas concessionárias sobre os volumes e valores necessários à facilitação do troco, o montante necessário de moedas passou a ser disponibilizado às empresas em agências do Banco do Brasil.







Programa Córtex

A ABCR e associadas fomentaram a implantação do Apoio ao Sistema Nacional de Monitoramento de Veículos – PROGRAMA CÓRTEX pelo Ministério da Justiça. Trata-se de sistema de cercamento eletrônico de delitos, em parceria com a ANTT, PRF e diversas entidades ligadas à segurança pública nos níveis estadual e municipal. Com esse acordo, o deslocamento de veículos suspeitos de envolvimento em delitos nas rodovias concedidas poderão ser acompanhados, em tempo real, pelas forças de segurança.

Aliança para a infraestrutura

Em dezembro, a ABCR liderou o processo de instituição da Aliança para a Infraestrutura. Reunindo três outras entidades do setor de transportes, Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (ANEAA) e Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), a iniciativa buscou alinhar posicionamentos e estratégias para fortalecer a segurança jurídica e as melhores práticas em infraestrutura de transportes, regulação, governança e compliance, e abrir espaço na agenda para a discussão de outros temas comuns relevantes, como as reformas estruturais, que estão em discussão nacional.

Programa Pró-Brasil

As quatro associações que formam a Aliança para a Infraestrutura também atuaram juntas no apoio à realização do Programa Pró-Brasil, assinando termo de doação de estudos técnicos para o MInfra. O objetivo do programa do governo federal é desenvolver ações integradas, estruturantes e estratégicas para recuperação e desenvolvimento do País, bem como o restabelecimento do bemestar da sociedade brasileira.



O MInfra e a ABCR encerraram 2020 avaliando a possibilidade de assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento conjunto de soluções e aperfeiçoamentos de todas as etapas do programa federal de concessões de rodovias



Parceria com a InfraWomen

A ABCR também assinou, com a Associação InfraWomen Brazil, protocolo de intenções para promover o fortalecimento da presença das mulheres no setor de infraestrutura de transportes. As duas entidades promoverão juntas o debate sobre os principais temas relacionados a concessões de rodovias, contando sempre com a participação de mulheres que atuam no setor.

Acordo de cooperação técnica com MInfra

O MInfra e a ABCR encerraram 2020 avaliando a possibilidade de assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento conjunto de soluções e aperfeiçoamentos de todas as etapas do programa federal de concessões de rodovias. Esse acordo é importante para permitir as bases institucionais de um diálogo técnico entre o ministério e os representantes do setor, a fim de apresentar melhorias regulatórias estruturais para as concessões rodoviárias.

Programa de concessões do Mato Grosso

Em novembro, a ABCR recebeu a visita do secretário adjunto de Logística e Concessões do Estado do Mato Grosso, Huggo Waterson, e da superintendente de Concessões de Rodovias da SINFRA/MT, Andreia Fujioka, para debaterem sobre os programas de concessões de rodovias no Brasil e no estado do Mato Grosso.

Transcerrados

Em dezembro, a ABCR promoveu webinar para apresentação da PPP da rodovia Transcerrados (Pl-397 e Pl-262). A exposição do projeto foi realizada pelo governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, e pela superintendente de Parcerias e Concessões do Estado, Viviane Moura.







A RENOVAÇÃO DA ABCR

No dia 13 de outubro, o Conselho Diretor da ABCR se reuniu em assembleia extraordinária para eleger o advogado Marco Aurélio Barcelos como novo diretor presidente da entidade, em substituição a César Borges, que deixou a posição por motivos de ordem pessoal.

No dia 13 de outubro, o Conselho Diretor da ABCR se reuniu em assembleia extraordinária para eleger o advogado Marco Aurélio Barcelos como novo diretor presidente da entidade, em substituição a César Borges, que deixou a posição por motivos de ordem pessoal.

Antes de chegar ao comando da ABCR, Marco Aurélio exerceu o cargo de secretário de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais e secretário de Articulação para Investimentos e Parcerias na Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República. Doutor em Direito pela USP, e mestre em Direito pela UFMG e pela Universidade de Londres, Marco Aurélio ainda teve passagens na SP Negócios e foi consultor em concessões e PPPs pela FGV-Projetos.

Em 24 de novembro, foi também empossado em assembleia extraordinária o engenheiro José Carlos Cassaniga como diretorexecutivo, em substituição a Flávio Freitas, que atuava como diretor superintendente da Associação. Tanto César Borges quanto Flávio Freitas auxiliaram os novos executivos na transição, até dezembro.

Engenheiro com ampla experiência no setor de infraestrutura e concessões, Cassaniga atuou por quinze anos no Grupo Ecorodovias. Também trabalhou para o Grupo CIBE Participações e para a empresa inglesa Roughton International, pela qual empreendeu projetos rodoviários em países do continente africano. Durante sua passagem pela Ecorodovias, foi também membro do Conselho Diretor da ABCR.

Barcelos e Cassaniga assumiram suas posições com a missão de liderar o processo de renovação da Associação. Em conjunto com o diretor regional da Associação em Brasília, o engenheiro Alexandre Barra, passaram a integrar a Diretoria Executiva (estatutária) da ABCR, com mandato até abril de 2022, renovável.

Uma agenda estratégica foi desenvolvida para direcionar as atividades da Associação para os próximos anos, abordando sete eixos de atuação:



Planejamento estratégico

A ser desenvolvido com o apoio de consultoria especializada, o planejamento buscará mapear as expectativas do setor para com a ABCR, diagnosticar a imagem atual e os principais desafios do setor e definir metas estratégicas para a Associação nos próximos três anos.



Plano de comunicação

A proposta é realizar comunicação ativa para fortalecer uma visão empática junto aos públicos interessados (agentes públicos, usuários e formadores de opinião) no setor de concessões de rodovias.



Inteligência de dados

O banco de dados atual (Siscrod) será modernizado para oferecer informação de maior valor aos associados e públicos interessados por informações sobre concessões de rodovias. Também serão avaliadas parcerias com o Poder Público para promover o intercâmbio de informação.



Aproximação com outras associações

O fortalecimento de parcerias institucionais com entidades relacionadas ao setor de infraestrutura foi considerado elemento-chave para a promoção de um diálogo técnico e amplo que traga resultados de médio e longo prazo para os poderes públicos, associados e usuários de serviços públicos em geral.



Novas associadas

A despeito de a ABCR ser a principal entidade representante do setor de concessões de rodovias, há concessionárias ainda não associadas. Assim, a ABCR pretende agregar a totalidade de empresas que operam atualmente no universo de concessões de rodovias.



Melhorias regulatórias e Free-Flow

A atuação da Associação será voltada a desenvolver, em conjunto com o Poder Público, soluções para temas regulatórios estruturantes destinados ao desenvolvimento do programa de concessões de rodovias no Brasil, entre eles:

- Revisão da matriz de risco dos contratos "pós-Covid";
- Disciplina dos fluxos de aprovação/manifestação do Poder Concedente;
- Manual de recebimento de obras;
- Melhoria e modernização da disciplina de penalidades;
- Alteração da disciplina das revisões quinquenais;
- Consolidação da tecnologia Free-Flow.



Agenda estratégica com governos

Máxima transparência, ampla divulgação e observância ao compliance são os principais direcionamentos para as relações da ABCR com o setor público. Para isso, a Associação buscará formalizar acordos de cooperação com os principais entes públicos e desenvolver uma rede institucional permanente de trocas de conhecimento.

Foram eleitos três pilares para a atuação da entidade:

- Resolução de passivos regulatórios;
- Viabilização de novos investimentos nas concessões;
- Propositura de melhorias regulatórias sobre contratos de concessão.



Agenda estratégica foi desenvolvida para direcionar as atividades da Associação para os próximos anos, abordando sete eixos de atuação: planejamento estratégico, plano de comunicação, inteligência de dados, aproximação com associações, novas associadas, melhorias regulatórias e free flow, e agenda estratégica com governos







MOVIMENTAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O SETOR

Embora os efeitos da pandemia também tenham afetado os planos de novas licitações, importantes projetos foram licitados ou entraram em operação em 2020.



Em janeiro, entrou em operação a Ecovias do Cerrado, concessão federal que contempla 437 quilômetros das BRs 364/365/MG/GO, interligando Jataí (GO) e Uberlândia (MG). O trecho faz parte de uma das mais importantes rotas para o escoamento de grãos do Centro-Oeste até o porto de Santos, em São Paulo. Também é uma importante via para o abastecimento de Minas Gerais e da região sul de Goiás, principalmente de produtos da indústria, materiais de construção e alimentos. Do trecho sob concessão, 192,7 quilômetros pertencem à BR-364, em Goiás, e 244,3 quilômetros fazem parte da BR-365, em Minas Gerais, em um percurso que passa por 11 municípios.

Em junho, foi a vez da Eixo SP, considerada a maior concessão rodoviária do País. São mais de 1,2 mil quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

A concessionária administra 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos, e 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.



monitoram o trânsito para segurança e conforto dos usuários E em agosto, começou a operar outra concessão federal, a CCR Via Costeira, abarcando 220,4 quilômetros da parte sul da BR 101 em Santa Catarina, região de grande importância agroindustrial e turística, por contar com algumas das mais belas praias do Brasil. Além disso, o trecho da concessão, que passa por 19 municípios, entre Palhoça e Passo de Torres, forma um corredor de expressiva contribuição para o desenvolvimento e crescimento do País. A Via Costeira responde, ainda, pela operação da Ponte Anita Garibaldi, em Laguna, um dos mais importantes pontos turísticos do sul do Estado, e dos túneis Morro do Agudo, em Paulo Lopes, e Morro do Formigão, em Tubarão.

Em novembro, três concessões de rodovias foram licitadas pelo governo do Estado do Mato Grosso.

O consórcio Via Norte Sul venceu o Lote I - Tabaporã, com 138,4 quilômetros da MT-220, no trecho entre Tabaporã e Sinop ao oferecer uma tarifa básica de pedágio de R\$ 8,25. O consórcio foi composto pelas empresas: Constral Construtora e Centro Vias Construtora, Incorporadora, Participações e Armazenagens Gerais.

Já o consórcio Via Brasil MT levou o lote II - Tangará da Serra, com 233,2 quilômetros, das rodovias MT-246, MT-343, MT-358 e MT480, nos trechos de Jangada a Itanorte, ao oferecer uma tarifa básica de pedágio de R\$ 7,90. O consórcio foi formado pelas empresas: Conasa Infraestrutura, CLD – Construtora, Laços Detentores e Eletrônica, Zetta Infraestrutura e Participações, Engemat, FBS Construção Civil, M4 Investimentos e Construtora Ibérica.

O consórcio Primavera MT-130 arrematou o lote III - Primavera do Leste, com 140,6 quilômetros da MT-130, entre Primavera do Leste e Paranatinga, ao oferecer uma tarifa básica de pedágio de R\$ 7,90. O consórcio foi composto pelas empresas: Construtora Kamilos, Encalso Construções, Terracom Concessões e Participações, Trail Infraestrutura, e Vale do Rio Novo Engenharia e Construções.



263

disponíveis para atendimento aos motoristas

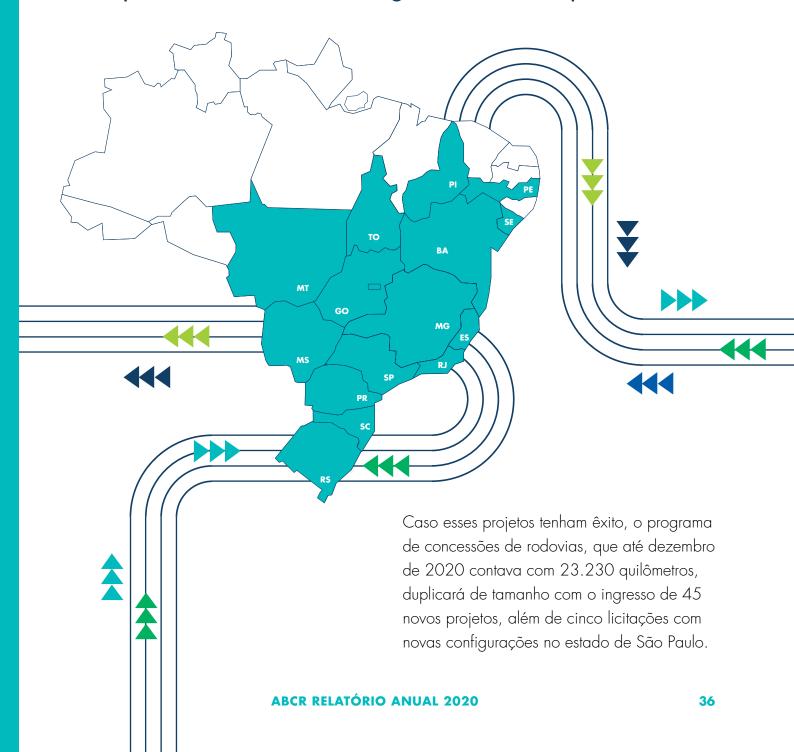


O programa de concessões de rodovias, que até dezembro de 2020 contava com 23.230 quilômetros licitados, poderá duplicar de tamanho com o ingresso de 45 novas concessões



FUTURAS CONCESSÕES

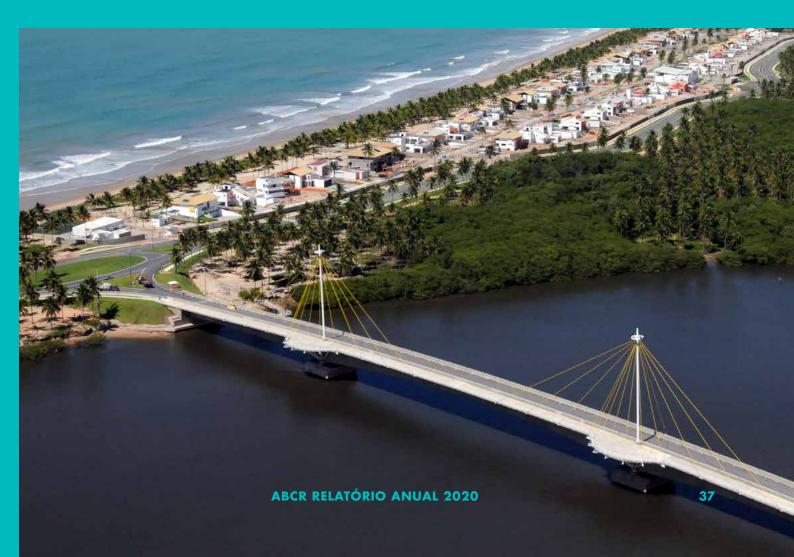
Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins planejam licitar mais de 8 mil quilômetros de rodovias, enquanto o governo federal tem em seu pipeline cerca de 17 mil quilômetros a serem entregues à iniciativa privada.



PROJETOS DE CONCESSÕES FEDERAIS

concessionária	extensão em km
BR-040/DF/GO/MG	709,7
BR-135/316/MA	438
BR-163/230/MT/PA	1.009,5
BR-381/262/MG/ES	670,6
BR-470/282/153/SC e SC-412	502,1
BR-158/155/MT/PA	1.135,1
BR- 153/158/163/272/277/369/373/376/476/PR	3.328
Concessão de 15 trechos	7.213
BR-364/RO/MT	806,3
BR-040/495/MG/RJ (Concer)	443
Novos leilões que incluem concessões em final de contrato	
BR-116/101/SP/RJ (Dutra)	625,8
BR-116/493/495 RJ/MG (CRT)	727
BR-163/MS	845,9

TOTAL FEDERALS 17.648 km



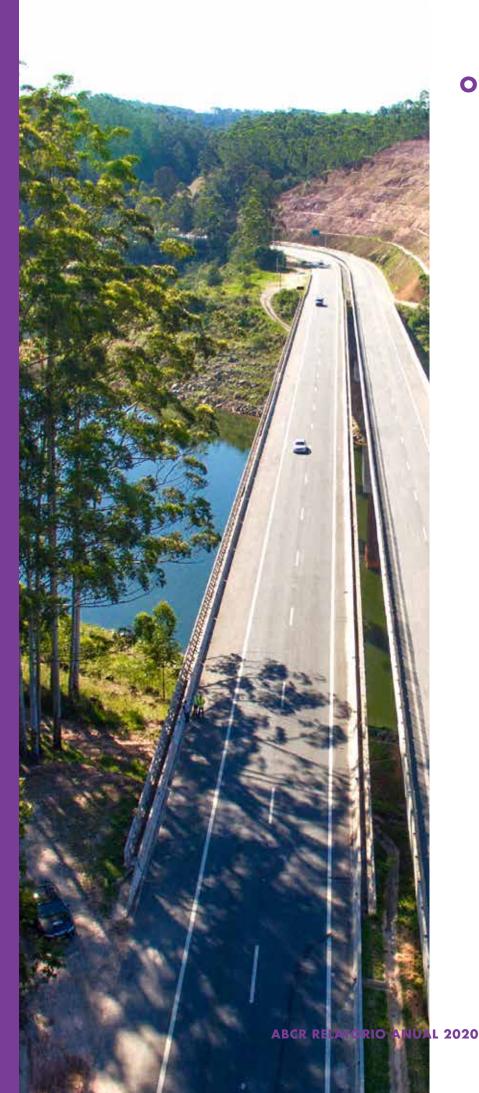
PROJETOS DE CONCESSÕES ESTADUAIS

concessionária	extensão em km
SP-021 - Rodoanel Norte	47,6
Lote Litoral - SP- 88/89/55, SPA-291	220
BR-364, BR-452, BR-365, BR-146, BR-187, CMG-452, CMG-462, LMG-782, LMG-798, LMG-812, MG-190, MG-427	792,5
BR-383, BR-459, CMG-146, LMG-877, MG-173, MG-290, MG-295, MG-455, MG-459, MG-350, AMG-900	548,9
CMG-369, CMG-491, LMG-863, MG-167, BR-146, BR-265	438,2
CMG-383, AMG-900, MG-155, MG-275, MG-332, BR-265, BR-494	487,4
BR-494, MG-260, MG-164, MG-429	267
BR-352, BR-354, MG-170	413,2
BR-356, CMG-120, MG-329, MG-262, LMG-813	278,4
Rodoanel	100,6
Pl-397/262	276,8
TO-050	58,7
TO-445 e TO-342	108
TO-030	67
TO-080	74,7
TO-455/TO-255/TO-080	<i>7</i> 1
TO-355/TO 010	60
TO-222	107
TO-500	94
MT-130	140,6
MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480	233,2
MT-220	138,4
Novos leilões que incluem concessões em final de contrato	·
Bloco 1A - SP-463/461/425/310/320	
Bloco 1B - Triângulo do Sol / Tebe	
Bloco 2 - Renovias + SP-107/095/008	3.305
Bloco 3 - Viaoeste + SP-324	
Bloco 4 - SPVias + SP-270	

TOTAL 8.328 km







O SETOR EM NÚMEROS **EM 2020**



R\$4,712 Investimentos (CAPEX)

R\$5,252

BILHÕES

Despesas com Operações (OPEX)

R\$5,230 **BILHÕES**

> Pagamento ao poder concedente

R\$2,216 **BILHÕES**

Tributos federais

R\$991 **MILHÕES**

Tributos municipais



1.441.798.318

VEÍCULOS

Tráfego pedagiado





22.413

PESSOAS

Empregos gerados



Ambulâncias

555

GUINCHOS

Guinchos



1.746.066

VEÍCULOS

Veículos atendidos



4.495

CÂMERAS

Câmeras de monitoramento de tráfego



228.110

PESSOAS

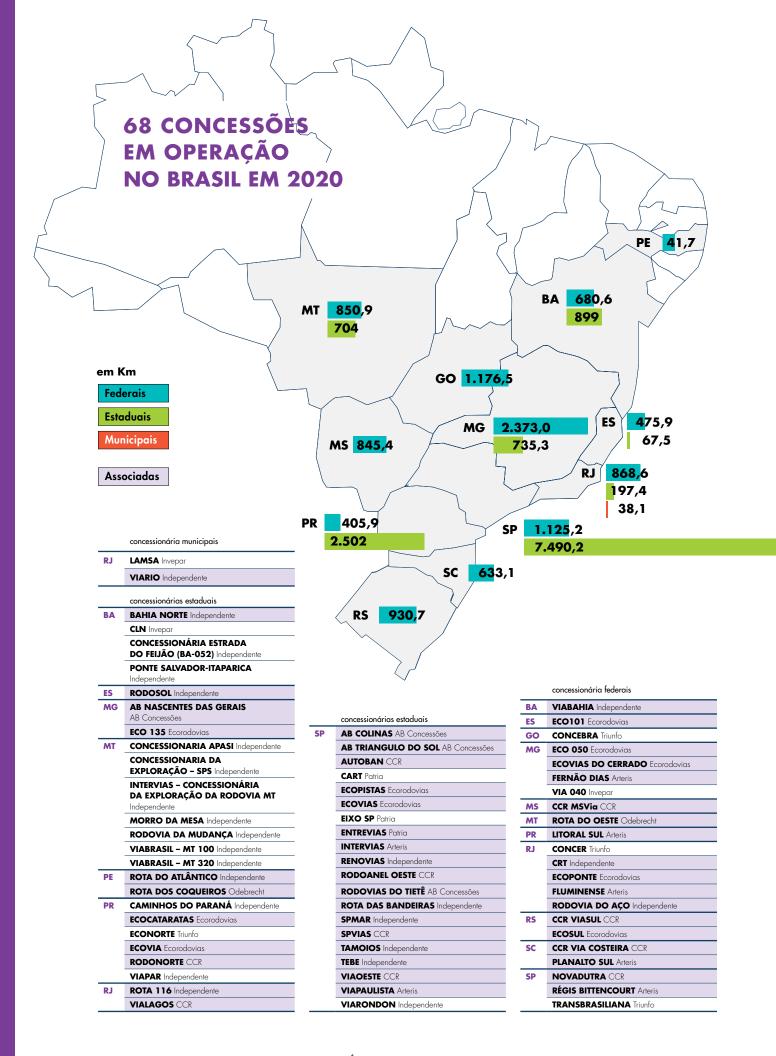
Usuários atendidos



263

BASES

Bases de atendimento ao usuário



Federais

	concessionária	participação acionária	extensão em km	contrato
ВА	VIABAHIA Independente	94,71% ROADIS Participações na VIABAHIA Ltda. 5,29% Infravix Participações S.A.	680,6	25 anos 03/09/2009
ES	ECO101 Ecorodovias	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	475,9	25 anos 17/04/2013
GO	CONCEBRA Triunfo	100% Triunfo Participações e Investimentos	1.176,5	30 anos 31/01/2014
MG	ECO 050 Ecorodovias	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	436,6	30 anos 05/12/2013
	ECOVIAS DO CERRADO Ecorodovias	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	437	30 anos 19/12/2019
	FERNÃO DIAS Arteris	100% Arteris S.A.	562,1	25 anos 14/02/2008
	VIA 040 Invepar	100% Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – Invepar	936,9	30 anos 22/03/2014
MS	CCR MSVia	100% CCR S.A.	845,4	30 anos 12/03/2014
MT	ROTA DO OESTE Odebrecht	100% Odebrecht Rodovias S.A.	850,9	30 anos 20/03/2014
PR	LITORAL SUL Arteris	100% Arteris S.A.	405,9	25 anos 14/02/2008
RJ	CONCER Triunfo	62,5% TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. 18,00% CONSTRUCAP CCPS ENG. E COMERCIO S/A. 10,50% CMSA PARTICIPAÇÕES S/A. 9,00% CCI CONCESSÕES LTDA	180,4	25 anos 15/10/1995
	CRT Independente	24,91% Investimentos e participações em infra-estruturas 21,35% Carioca Christian-Nielsen concessões S/A . 16,62% Strata const. e conces. integradas S/A. 11,87% Queiroz Galvão participações e concessões S/A. 9,48% Construtora Queiroz Galvão S/A. 11,01% Crt fundo de investimentos em participações 0,82% M&G consultoria e participações Ltda. 1,40% Credicom com. info. e serv. Ltda. 2,51% Erg participações Ltda. 0,02% conselheiros	142,5	25 anos 22/11/1995
	ECOPONTE Ecorodovias	100,00% Ecorodovias Concessões e Serviços	23,3	30 anos 18/05/2015
	FLUMINENSE Arteris	100% Arteris S.A.	322	25 anos
	RODOVIA DO AÇO Independente	100% KT2 Assessoria e Consultoria em Gestão de Negócios e Participações Ltda.	200,4	25 anos 26/03/2008
RS	CCR VIASUL	100% CCR S.A.	473,4	30 anos
	ECOSUL Ecorodovias	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	457,3	28 anos
SC	CCR VIA COSTEIRA	100% CATARINENSE HOLDING	220,4	30 anos 06/07/2020
	PLANALTO SUL Arteris	100% Arteris S.A.	412,7	25 anos
SP	NOVADUTRA CCR	100% CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias	402	25 anos 31/10/1995
	RÉGIS BITTENCOURT Arteris	100% Arteris S.A.	401,6	25 anos
	TRANSBRASILIANA Triunfo	100% Triunfo Participações e Investimentos	321,6	25 anos

Estaduais

	concessionária	participação acionária	extensão em km	contrato
BA	BAHIA NORTE Independente	50% Invepar 50% Odebrecht TransPort	121,4	25 anos 17/08/2010
	CLN Invepar	91,50% Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A - INVEPAR) 8,50% Odebrecht Transport Participações S/A.	217,1	50 anos 21/02/2000
	CONCESSIONÁRIA ESTRADA DO FEIJÃO (BA-052) Independente		548	20 anos 03/10/2018
	PONTE SALVADOR – ITAPARICA Independente	China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20)	12,4	30 anos 12/11/2020
ES	RODOSOL Independente	38,00% Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. 38,00% Tervap — Pitanga Mineração Pavimentação Ltda. 9,00% ES-060 Empreendimentos e Participações Ltda. 7,50% Construções e Comércio Vitória Ltda. 7,50% Urbesa Administração e Participações Ltda.	67,5	25 anos 22/12/1998
MG	AB NASCENTES DAS GERAIS AB Concessões	100% Atlantia Bertin Concessões S.A.	371,3	25 anos 21/05/2007
	ECO 135 Ecorodovias	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	363,9	30 anos 19/06/2018
MT	CONCESSIONARIA APASI Independente	65,723 % Associação dos beneficiários da rodovia de integração leste/oeste 34,277% Associados da associação os beneficiários da rodovia de integração leste/oeste	89,2	29 anos 15/12/2010
	CONCESSIONARIA DA EXPLORAÇÃO - SPS Independente		113	20 anos 15/12/2010
	INTERVIAS - CONCESSIONÁRIA DA EXPLORAÇÃO DA RODOVIA MT Independente	51% Associação dos Beneficiários da Rodovia da Integração Leste Oeste 49% Sócios	142	20 anos 16/12/2010
	MORRO DA MESA Independente	51% Constral Construtora Ltda. 49% Argesil – Armazéns e Silos Itaquerê Ltda.	112	35 anos
	RODOVIA DA MUDANÇA Independente	51% Associação dos Beneficiários da Rodovia da Mudança 24,50% Ildo Romancini 24,50% Valdemir Nadin	148,3	20 anos 15/12/2010
	VIABRASIL - MT 100 Independente	40% Conasa Infraestrutura S.A. 26% CLD Construtora Laços Detentores e Eletrônica 12% Zetta Infraestrutura e Participações S.A. 12% Construtora Rocha Cavalcante Ltda 9% FBS Construção Civil e Pavimentação S.A. 0,50% M4 Investimentos 0,50% Construtora Ibérica	99,4	30 anos 24/09/2018
	VIABRASIL - MT 320 Independente	40% Conasa Infraestrutura S.A 26% CLD Construtora Laços Detentores e Eletrônica 12,31% Zetta Infraestrutura e Participações S.A 12,13% Construtora Rocha Cavalcante Itda- 7,08% FBS Construção Civil e Pavimentação S.A. 1,53% M4 Investimentos 0,96% Construtora Ibérica	188,2	30 anos 27/05/2019
PE	ROTA DO ATLÂNTICO Independente	50% Odebrecht Participações e Investimentos S.A. 50% Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR	35,2	35 anos 18/07/2011
	ROTA DOS COQUEIROS Odebrecht	74,13% Odebrecht Rodovias S.A. 25,00% Vento Sul Participações Ltda 0,87% Construtora Noberto Odebrecht S.A.	6,5	33 anos 28/12/2006

	concessionária	participação acionária	extensão em km	contrato
PR	CAMINHOS DO PARANÁ Independente	30,00% Cartellone inversiones S/A. 18,00% America empreendimentos S/A. 10,00% Grin investimentos Ltda. 10,00% Codinex empreendimentos Ltda. 8,77% Vereda administração e empreendimentos Ltda. 8,77% Pattac empreendimentos e participações S/A. 7,23% Tucumann engenharia e empreendimentos Ltda. 7,23% Participações em projetos de infraestrutura S/A.	405,9	24 anos 14/11/1997
	ECOCATARATAS Ecorodovias	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	458,9	24 anos 14/11/1997
	ECONORTE Triunfo	100% TPI – Triunfo Participações e Investimentos S/A.	343,7	24 anos
	ECOVIA Ecorodovias	100% Ecorodovias Concessões e Serviços S/A.	175,1	24 anos
	RODONORTE CCR	100% CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias	567,7	24 anos
	VIAPAR Independente	24,08% CCNE Concessões 24,08% QGGN 18,20% STRATA CCI 18,06% CW Participações 6,02% Preservar Participações 3,67% Camargo Campos 3,24% ERG 1,83% CREDICOM 0,82% M&G	550,5	24 anos 14/11/1997
RJ	ROTA 116 Independente	50% Delta Construções 50% Oriente Construções	140,4	25 anos 16/03/2001
	VIALAGOS CCR	100% CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias	57	40 anos 23/12/1996
SP	AB COLINAS AB Concessões	100% Atlantia Bertin Concessões S.A.	306,8	28 anos 02/03/2000
	AB TRIANGULO DO SOL AB Concessões	100% Atlantia Bertin Concessões S.A.	442,1	23 anos 18/05/1998
	AUTOBAN CCR	100 % CCR S.A.	316,7	28 anos 01/05/1998
	CART Patria	65% Grupo Patria 35% GIC (fundo soberano de Cingapura)	443,7	30 anos 16/03/2009
	ECOPISTAS Ecorodovias	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	143,7	30 anos 17/06/2009
	ECOVIAS Ecorodovias	100% Ecorodovias Concessões e Serviços	176,7	27 anos 29/05/1998
	EIXO SP Patria	70% Grupo Patria 30% GIC (fundo soberano de Cingapura)	1.221,0	30 anos 15/05/2020
	ENTREVIAS Patria	100% Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.	570,8	30 anos 06/06/2017
	INTERVIAS Arteris	100% Arteris S.A	375,6	27 anos 17/02/2000
	RENOVIAS Independente	60% Encalso Construções Ltda 40% CCR S.A	345,6	24 anos 14/04/1998
	RODOANEL OESTE	95% CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias 5% Encalso Construções Ltda	30	30 anos
	RODOVIAS DO TIETÊ AB Concessões	50% AB Concessões S/A 50% Lineas International Holding B.V.	616,9	30 anos 23/04/2009

	concessionária	participação acionária	extensão em km	contrato
SP	ROTA DAS BANDEIRAS Independente	85% SCP1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia 15% OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	297	30 anos 02/04/2009
	SPMAR Independente	74% CONTERN Construções e Comércio LTDA 26% CIBE Participações LTDA	154,3	35 anos 10/03/2011
	SPVIAS CCR	100% CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias	505,7	27 anos 10/02/2000
	TAMOIOS Independente	100% Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios	85	30 anos 19/12/2014
	TEBE Independente	50% TORC – Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda 50% Empresa Contrutora Brasil S/A	155,9	27 anos 02/03/1998
	VIAOESTE CCR	100% CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias	168,6	24 anos 30/03/1998
	VIAPAULISTA Arteris	100% Arteris S.A	720	30 anos 23/10/2017
	VIARONDON Independente	100% BRVias Holding VRD S/A	413,3	30 anos 06/05/2009

Municipais

	concessionária	participação acionária	extensão em km	contrato
RJ	LAMSA Invepar	100% Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – Invepar	17,4	40 anos 09/12/1994
	VIARIO Independente	66,66% CCR S.A 33,34% INVEPAR	20,7	35 anos 26/04/2012

O Relatório Anual da ABCR 2020 foi desenvolvido a partir de informações públicas, da própria entidade e das concessionárias associadas. A ABCR agradece o apoio de todos os que colaboraram para este projeto.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Conselho Diretor

Marco Aurélio Barcelos (presidente) Eduardo Siqueira Moraes de Camargo José Renato Ricciardi Marcos Abreu Fonseca Nicolò Caffo Sérgio Muniz Barretto Garcia

Diretoria Executiva

diretor-presidente Marco Aurélio Barcelos diretor-executivo José Carlos Cassaniga diretor regional – DF Alexandre Barra

Gestores

diretora jurídica
Karina Fera
diretor de comunicação
Raul Viana
gerente de projetos
Luana Godinho
gerente administrativo-financeiro
Raymundo Quadros
assessora de relações institucionais
Ligia Almeida
assessor jurídico
Bruno Gontijo
assessor jurídico
Rafael De Marchi Santos

assessora de conformidade Flávia Momii assistente de engenharia Pamela Barbosa

Conselho fiscal

Ana Silvia de Almeida Erika Natsumi Matsumoto José Ricardo Bernardes Durante

Sede São Paulo

Rua Geraldo Flausino Gomes, 61 Conjunto 61 – Brooklin – São Paulo (SP) CEP: 04575-060 Tel.: (11) 5105-1190 Fax: (11) 5105-1199 abcr@abcr.org.br

Regional Brasília

SAUS – Quadra 1 Bloco J Ala B Sala 507 Brasília (DF) CEP: 70070-944 Tel.: (61) 3224-3096

EXPEDIENTE KMZ Conteúdo

Projeto gráfico, ilustrações e diagramação | Marcia Godoy Imagens | Divulgação, arquivo ABCR e arquivo das concessionárias associadas

